



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

REPRESENTAÇÃO (11541) N. 0600867-27.2026.6.00.0000 (PJe) – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MINISTRO NUNES MARQUES

REPRESENTANTE: PARTIDO LIBERAL (PL) – NACIONAL

ADVOGADOS: MARIA CLAUDIA BUCCHIANERI (OAB/DF 25.341) E OUTROS

REPRESENTADA: ATLASINTEL TECNOLOGIA DE DADOS LTDA.

DECISÃO

1. O Diretório Nacional do Partido Liberal (PL) ajuizou representação, com pedido liminar, contra a empresa AtlasIntel Tecnologia de Dados Ltda., visando impugnar a pesquisa eleitoral registrada sob o n. BR-06939/2026, referente ao cargo de Presidente da República nas Eleições de 2026.

Sustenta, em síntese, que a pesquisa impugnada, em vez de proceder à simples ordem de perguntas acerca do cargo eletivo, induziu os entrevistados de forma negativa em relação ao Senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato do partido representante, com questionamentos referentes, em sua maior parte, às investigações envolvendo o Banco Master, citando, como exemplos, os seguintes trechos:

(i) “na sua percepção, qual grupo político está mais envolvido no esquema de fraudes financeiras do Banco Master?”, com alternativas que apenas distribuem responsabilidade entre grupos políticos (aliados de Lula, aliados de Bolsonaro, Centrão, todos, não sei).

(ii) “você ficou sabendo do áudio e mensagens vazadas de supostas conversas entre Flávio Bolsonaro e Daniel Vorcaro, dono do banco Master?”.

(iii) “após tomar conhecimento das conversas entre Flávio Bolsonaro e Daniel Vorcaro, você ficou mais ou menos disposto a votar em Flávio Bolsonaro para Presidente?”.

(iv) “diante das informações divulgadas, Flávio Bolsonaro deveria: manter sua candidatura à Presidência/ retirar sua candidatura à Presidência e apoiar outro nome/ não sei”.

Afirma que as perguntas constantes do questionário, ao empregarem expressões como “esquema de fraudes financeiras”, “escândalo” e “evidências de envolvimento direto”, bem como ao submeterem o entrevistado a estímulos narrativos antes das questões relativas à

intenção de voto, à rejeição e à imagem pública, teriam aptidão para influenciar artificialmente as respostas subsequentes.

Aduz que os resultados da pesquisa, se divulgados sem ressalva, podem aparentar ser dados espontâneos de opinião pública, quando são, em grande parte, respostas obtidas após exposição a estímulos negativos, refletindo-se, em um segundo momento, na opinião pública.

Argumenta que o arranjo sequencial de uma pesquisa eleitoral não é matéria de livre e soberana escolha metodológica do instituto e que a exigência do depósito do questionário completo se presta, justamente, a coibir que a pesquisa da opinião pública seja convertida em meio indireto de propaganda ou indução direcionada do eleitorado.

Requer, liminarmente: (i) a imediata suspensão da divulgação da pesquisa registrada sob o n. BR-06939/2026; e (ii) a determinação para que a representada apresente elementos técnicos e metodológicos relacionados ao levantamento impugnado.

A empresa AtlasIntel Tecnologia de Dados Ltda. apresenta manifestação (ID 165730543), na qual aduz, em síntese, que o questionário e a ordem das perguntas foram estabelecidos no estrito exercício de sua autonomia metodológica, em observância aos requisitos formais da Resolução n. 23.600/2019/TSE.

Sustenta que os quesitos apresentados, notadamente aqueles referentes ao Banco Master e ao pré-candidato Flávio Bolsonaro, limitam-se a aferir a percepção do eleitorado sobre fatos públicos e notórios, amplamente difundidos pela imprensa.

Argumenta que a utilização de componentes audiovisuais ocorre em estágio posterior à colheita da intenção de voto e da rejeição eleitoral, razão pela qual, segundo articula, o estímulo é cronologicamente incapaz de contaminar ou induzir os resultados da pesquisa principal.

Pugna, ao final, pelo indeferimento da tutela de urgência e, no mérito, pela improcedência da representação.

O Diretório Nacional do Partido Liberal (PL) apresenta réplica à manifestação da empresa (ID 165730543), na qual reitera: (i) o pedido liminar de imediata suspensão da pesquisa registrada sob o n. BR-06939/2026; e (ii) o pedido de exibição de dados técnicos, incluindo microdados, logs de aplicação, arquivo do áudio aplicado na pergunta 48. Além disso, pugna pelo reconhecimento da ilicitude da pesquisa com a consequente cominação da multa aplicável na espécie.

É o relatório. **Decido.**

2. O cerne da demanda é análise do pedido de concessão da tutela antecipada para determinar a suspensão de divulgação de resultados de pesquisa devidamente registrada no Tribunal Superior Eleitoral, na hipótese de eventual irregularidade no questionário aplicado ser apta a manipular o convencimento do entrevistado.

A Lei n. 9.504/97 preceitua:

Art. 33. As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar, junto à Justiça Eleitoral, até cinco dias antes da divulgação, as seguintes informações:

(...).

§ 3º A divulgação de pesquisa sem o prévio registro das informações de que trata este artigo sujeita os responsáveis a multa no valor de cinquenta mil a cem mil UFIR.

§ 4º A divulgação de pesquisa fraudulenta constitui crime, punível com detenção de seis meses a um ano e multa no valor de cinquenta mil a cem mil UFIR.

(grifo nosso)

A Resolução n. 23.600/2019/TSE estabelece:

Art. 16. O pedido de impugnação do registro de pesquisa deve ser protocolizado por advogada ou advogado e autuado no Processo Judicial Eletrônico (PJe), na classe Representação (Rp), a qual será processada na forma da resolução do Tribunal Superior Eleitoral que dispõe sobre as representações, as reclamações e os pedidos de direito de resposta.

(...).

§ 1º-B. Se for alegada deficiência técnica ou indício de manipulação da pesquisa, a petição inicial deverá ser instruída com elementos que demonstrem o fato ou conter requerimento de prazo para produção de prova técnica, às custas da parte autora, sob pena de não conhecimento, observado o disposto no art. 91 do Código de Processo Civil, no caso do Ministério Público Eleitoral. (Incluído pela Resolução nº 23.727/2024)

(grifo nosso)

O Tribunal Superior Eleitoral possui entendimento de que “as pesquisas eleitorais visam avaliar desempenho, potencial e aceitação de candidatos e, por isso, constituem poderoso instrumento para induzir e convencer eleitores a definirem seu voto. A manipulação, de modo a levar a erro o eleitorado e a beneficiar determinada candidatura, ocasiona grave lesão à legitimidade do pleito e à paridade de armas” (RespEI n. 1-20.2013.6.20.0048, relator min. Herman Benjamin, DJe de 14/09/2016).

Nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem, concomitantemente, a plausibilidade do direito invocado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

No âmbito específico das pesquisas eleitorais, o art. 16, § 1º, da Resolução n. 23.600/2019/TSE autoriza o deferimento de medida liminar destinada à suspensão da divulgação de pesquisa impugnada ou à determinação de esclarecimentos, desde que demonstrados os pressupostos autorizadores da tutela de urgência.

A referida resolução exige, ainda, que a impugnação apresente, de forma objetiva e precisa, indicação de deficiência técnica ou indício de manipulação apto a justificar a intervenção jurisdicional.

Em análise perfunctória própria desta fase processual, constato que a representante logrou indicar elementos minimamente consistentes aptos a evidenciar, em tese, possível

comprometimento da neutralidade metodológica do questionário registrado perante a Justiça Eleitoral.

Com efeito, verifica-se, em exame preliminar do formulário disponibilizado no Sistema de Pesquisas Eleitorais – PesqEle (<https://www.tse.jus.br/eleicoes/pesquisa-eleitorais/consulta-as-pesquisas-registradas>), a existência de sequência de perguntas que, ao menos em juízo de cognição sumária, aparentam extrapolar a simples aferição neutra da opinião pública para introduzir estímulos narrativos possivelmente aptos a influenciar as respostas subsequentes relativas à intenção de voto, à rejeição e à avaliação de imagem do pré-candidato mencionado na representação.

Ademais, registro que as outras 27 (vinte e sete) pesquisas feitas pela representada e registradas na Justiça Eleitoral não apresentaram questionários com perguntas semelhantes ao teor da impugnação e nem veicularam peça audiovisual, como verificado na BR-0639/2026, objeto desta representação. Nesse sentido: RN-02267/2026, BR-06594/2026, PI-05475/2026, BR-03243/2026, BR-07192/2026, MA-09846/2026, AM-09404/2026, BR-03812/2026, BR-07992/2026, BR-00520/2026, BR-01666/2026, BR-05315/2026, CE-08876/2026, PR-00105/2026, SC-05257/2026, BR-06058/2026, BR-05686/2026, MG-01664/2026, SP-00899/2026, BR-01079/2026, AP-06595/2026, BR-06808/2026, BR-04227/2026, AM-06921/2026, PI-06908/2026, BR-07600/2026 e BR-02804/2026.

Assim, os elementos trazidos aos autos reforçam, em juízo de cognição sumária, indícios relevantes de comprometimento da metodologia da pesquisa impugnada, inclusive no cotejo com o questionários de outras pesquisas registradas no TSE pela mesma empresa.

Conforme se extrai da documentação coligida ao feito nos IDs 165730544 a 165730554, o CEO da AtlasIntel Tecnologia de Dados Ltda., em entrevista veiculada na CNN Brasil em 19 de maio de 2026, reconheceu o viés político do conteúdo submetido aos entrevistados e externou juízo valorativo acerca do potencial de desgaste eleitoral do pré-candidato mencionado na representação.

Na ocasião, afirmou que o áudio envolvendo Flávio Bolsonaro seria “muito problemático para a imagem” do pré-candidato e revelaria “fatos extremamente graves”, capazes de comprometer “a viabilidade dele neste ciclo eleitoral e a permanência dele na corrida”, defendendo, ainda, a formulação das perguntas que associavam grupos políticos ao denominado “esquema de fraudes financeiras do Banco Master”.

De fato, tais circunstâncias corroboram os argumentos deduzidos na inicial acerca da possível utilização de estímulos indutivos aptos a contaminar as respostas subsequentes relativas à imagem, rejeição e intenção de voto, reforçando a plausibilidade jurídica da tese de que a pesquisa possa ter extrapolado os limites da regular aferição estatística.

A controvérsia suscitada nos autos não se limita, portanto, à mera discordância quanto às escolhas metodológicas da representada, mas envolve alegação objetiva de possível utilização do questionário como mecanismo de indução do entrevistado, especialmente em razão da ordem sequencial das perguntas e do emprego de expressões de carga valorativa negativa.

Embora os institutos de pesquisa disponham de autonomia técnica para definição da metodologia empregada nos levantamentos que realizam, tal prerrogativa não afasta o controle jurisdicional em hipóteses nas quais haja indícios de desvirtuamento da pesquisa.

A propósito, a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral orienta-se no sentido de que a divulgação de conteúdo dissociado dos parâmetros exigidos pela legislação eleitoral compromete a eficácia do registro da pesquisa, porquanto apta a induzir o eleitorado em erro quanto à autenticidade e à neutralidade do levantamento (AgR-AREspE n. 0600446-71.2024.6.26.0424/SP, ministro Floriano de Azevedo Marques, DJe de 3 de novembro de 2025).

Assim, os elementos documentais acostados à inicial, inclusive o próprio questionário registrado perante esta Justiça Especializada, revelam, neste exame preliminar, substrato mínimo apto a justificar o conhecimento da impugnação e a apreciação cautelar pretendida, nos termos do art. 16, §§ 1º, 1º-A e 1º-B, da Resolução n. 23.600/2019/TSE.

Saliento, por oportuno, que, embora a pesquisa impugnada já tenha sido divulgada, tal circunstância não afasta o interesse na tutela de urgência.

Isso porque a permanência de circulação de levantamento cuja higidez metodológica se encontra sob questionamento pode potencializar efeitos de difícil reversão no contexto do processo eleitoral, especialmente diante da elevada capacidade de difusão e replicação do conteúdo em meios digitais e veículos de comunicação.

Ademais, não se verifica, neste momento processual, perigo de irreversibilidade do efeito da decisão (art. 300, § 3º, do Código de Processo Civil), uma vez que, sobrevindo elementos aptos a demonstrar a regularidade metodológica do levantamento, a pesquisa poderá ser posteriormente veiculada.

Ressalto, por fim, que a presente análise possui natureza estritamente precária e perfunctória, não importando antecipação de juízo definitivo acerca da regularidade da pesquisa impugnada.

Por tais razões, estão presentes os requisitos autorizadores da tutela provisória de urgência, nos termos do art. 16, § 1º, da Resolução n. 23.600/2019/TSE, razão pela qual, vislumbro ser prudente o deferimento parcial da tutela de urgência, a fim de resguardar a lisura do processo eleitoral e assegurar análise mais aprofundada acerca da regularidade do questionário e de critérios para a realização de pesquisas, quando houver indício de manipulação ou lesão à legitimidade do pleito.

3. Ante o exposto, defiro parcialmente o pedido liminar para determinar à representada que se abstenha de promover nova divulgação, impulsionamento, republicação ou manutenção da pesquisa registrada sob o n. BR-06939/2026 em seus canais oficiais de comunicação, até ulterior deliberação deste Tribunal Superior.

Submeta-se esta decisão, imediatamente, à referendo desta Corte na sessão jurisdicional subsequente à sua assinatura, nos termos do art. 2º da Portaria n. 235/2026/TSE.

Determino, ainda, que a representada apresente, no prazo de 2 (dois) dias, documentação técnica complementar diretamente relacionada aos pontos controvertidos da presente impugnação, especialmente no que se refere ao componente audiovisual referido na pergunta n. 48 e aos registros técnicos de aplicação do questionário impugnado.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Eleitoral para que se manifeste, no prazo de 1 (um) dia, nos termos do art. 19 da Resolução n. 23.608/2019/TSE.

4. Publique-se.

Brasília, 8 de junho de 2026.

Ministro **NUNES MARQUES**
Relator